

PROJETOS DE NAÇÃO: INTERPRETAÇÕES SOBRE O ELEMENTO INDÍGENA NA ESCRITA DE VON MARTIUS E JUAN MANUEL DE LA SOTA

Jonathan Marcel Scholz¹

Resumo: o presente artigo, através de uma análise de história comparativa, visa destacar como a figura do indígena apareceu na escrita de dois letrados do século XIX na América Latina, a saber: Von Martius e Juan Manuel de la Sota. Contrapondo suas distintas origens (Alemanha e Argentina, respectivamente) e seus lugares sociais de produção – Brasil e Uruguai – procurou-se focar as aproximações e distanciamentos das histórias produzidas pelos referidos autores. Além disso, pensando no contexto sociopolítico que envolveu as independências latino-americanas, analisou-se como o gentio americano foi apropriado discursivamente pelos ideais de nação presentes nos projetos emancipatórios de Brasil e Uruguai durante o século XIX.

Palavras-chave: nação; indígena; Von Martius; Juan Manuel de la Sota.

Abstract: this present paper, through an analysis of comparative history, aims to highlight how the indigenous figure emerges at the writing of the nineteenth century bookmans in the Latin America, namely Von Martius e Juan Manuel De La Sota. Contrasting their distinct origins (Germany and Argentina, respectively) and their social places of production - Brazil and Uruguay- aimed to focus the closeness and distancing of the histories produced by the related authors. Furthermore, considering the sociopolitical context which covered the Latin American independences, examined whether how the American's crowd was discursively appropriated by the nation's ideals present in the Brazil and Uruguay's emancipatory projects during the nineteenth century.

Keywords: nation; indigenous; Von Martius; Juan Manuel de la Sota.

Os políticos profissionais e os historiadores são atores sociais que têm mais em comum do que todos imaginam. Apesar das sociedades ocidentais construírem uma aparente e equivocada distância prática entre a história e a política, as duas mantêm há séculos uma forte ligação e convergência. Historicamente basta lembrarmos que, através de seus pares, uma se amparou na outra com frequência para obter legitimidade e reconhecimento perante as sociedades.

Desse modo, em virtude desta aproximação, seus representantes continuam se apropriando desse diálogo até os dias de hoje. Nesse sentido, em primeiro lugar, entende-se que essa ligação se dá, em certa medida, aos usos e às interpretações acerca da memória. Historiadores e políticos sabem que a memória é um elemento

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

fundamental para construir, legitimar e dar coesão às identidades dos grupos sociais. Recordar e forjar estórias dos antepassados – que sempre são corajosos, guerreiros, astutos e que honram a sua terra e a sua região – é indispensável para consolidar a identidade de um povo.

Evidentemente é nesse roteiro que os políticos – como membros das elites dirigentes e econômicas – normalmente recorrem à história durante o processo de constituição identitária de um grupo. Em última instância, a história é utilizada de fato para forjar a identidade, o perfil, a personalidade e as características de um conjunto de pessoas. Dessa maneira, nesse processo somam-se duas questões-chave que estão totalmente imbricadas: a memória e a identidade.

Tal enredo é muito conhecido e assumiu diversas especificidades nos processos de Independência dos países da América Latina no século XIX. A memória servia às pessoas, em larga escala, para forjar uma noção de pertencimento. Ou seja, em termos práticos, quando os países tornaram-se independentes muitas perguntas surgiam e deveriam ser respondidas nesse contexto: afinal, quem somos de fato? Que país é esse (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai ou qualquer outro) que se tornou independente? Quem é o brasileiro, o argentino ou o uruguaio? Quais são nossas características culturais? O que nos diferencia dos “outros”²?

Desse modo, a partir dessas concepções foi estimulado um amplo e complexo processo, levado a cabo pelas elites dirigentes (que incluía notadamente políticos, intelectuais e escritores), para a criação das identidades nacionais na América Latina.³ Nessa discussão, Maria Ligia Prado (2009, p. 583-584, tradução nossa), entendendo que as identidades fazem parte de elaborações discursivas e que contrapõem imaginários e representações, argumenta: “A repetição das imagens, símbolos e valores nos discursos dominantes procurou construir uma

² A questão da alteridade é fundamental na perspectiva identitária. É necessário se contrapor aos “diferentes”, daqueles que não fazem parte do seu grupo ou comunidade. Em um prisma maniqueísta é entendido que “nós” somos bons e “eles” são maus. Para a questão da alteridade, ver: TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

³ Para a discussão, que foge aos propósitos do presente estudo, em torno da constituição da ideia e conceito de América Latina, ver: BETHELL, L. O Brasil e a ideia de “América Latina”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289-321, julho-dezembro de 2009.

identidade nacional que lhes reservasse esse lugar privilegiado.”⁴ Em outras palavras, evidencia-se que esse processo de constituição identitária perpassava várias dimensões da sociedade, como a história, a geografia, a literatura e a pintura, por exemplo. Nesse rol, sempre são criados os discursos fundadores, os mitos de origem, os limites geográficos (que nos definem e nos separam territorialmente dos “outros”), os heróis da pátria, os símbolos e as imagens (caracterizando força, resistência e superação em momentos emblemáticos da independência) que visavam consolidar e respaldar os novos países latino-americanos.

Por consequência, dentro desse campo de ação, tal conjunto de idealizações e modelos que integram a constituição das identidades nacionais na América Latina se ampara e se encaixa no que Benedict Anderson (2008, p. 32) considera uma comunidade imaginada. Quer dizer, pensando a nação (que na América Latina assume particularidades e diferenças substanciais das nações europeias e orientais), como uma comunidade imaginada que possui um destino histórico comum, afinidades político-culturais, identidade própria e que ao mesmo tempo é limitada e soberana, Anderson assevera:

[...] é uma comunidade imaginada porque, independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas. (ANDERSON, 2008, p. 34)

Do mesmo modo, entendendo que o momento de constituição do Estado envolve inúmeras elaborações ritualísticas e simbólicas que, através da história, do passado e de uma suposta memória, procuram aproximar emotivamente as pessoas entre si e com o próprio Estado, compreende-se que a noção de “tradições inventadas” elaborada por Hobsbawm se faz fundamental. De acordo com ele:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

⁴ “La repetición de las imágenes, los símbolos y los valores en los discursos dominantes pretendía construir una identidad nacional que les reservase ese lugar de privilegio.”

Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 1997, p. 09)

Com isso, observa-se que em momentos de grandes transformações políticas e sociais, como as independências latino-americanas, nas quais os Estados procuram fazer-se nações – e todo um enorme aparato institucional é erigido –, as ditas tradições são amplamente mobilizadas. Aparecendo normalmente enquanto reação a situações novas ou como referência a situações anteriores (HOBSBAWM, 1997, p. 10), as “tradições inventadas”, na medida do possível, utilizam a história para outorgar ações na qualidade de cimento da coesão grupal. (HOBSBAWM, 1997, p. 21) Nessa perspectiva, ainda argumenta Hobsbawm (1997, p. 15): “Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideólogos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica real seja pela lenda ou pela invenção.”

Destarte, compreende-se que esse é basicamente um fio condutor dos processos de Independência na América Latina, porém, inegavelmente, cada novo Estado detinha suas próprias singularidades políticas, sociais e culturais que devia lapidar no processo. É a partir de algumas dessas especificidades, principalmente analisar como a temática indígena foi pensada por dois letrados do século XIX para consolidar a ideia de nação no Brasil e no Uruguai, que se pretende construir uma reflexão no presente estudo. Antes disso, contudo, deve-se tecer e destacar algumas importantes considerações.

Inicialmente, bem se sabe que Brasil e Uruguai, através de suas elites políticas, proclamaram suas independências nas primeiras décadas do século XIX, todavia em contextos muito diversos. O primeiro, mantendo a estrutura monárquica, tornando o filho do monarca de Portugal seu Imperador, decretou a Independência em 1822, num clima aparentemente mais ameno e menos belicoso do que nas nascentes repúblicas latino-americanas.⁵ Já o segundo demanda algumas explicações mais precisas. De acordo com Maria Ligia Prado (1994, p. 39):

⁵ Esse clima mais ameno e menos belicoso se deu sobretudo na capital do Império, Rio de Janeiro, já que em muitas províncias se deflagraram batalhas e revoltas de cunho popular e independentista. Sobre a independência brasileira, recomenda-se: SOUZA, Iara Lis Carvalho. *A Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

O atual Uruguai, à época Banda Oriental do Rio Da Prata, sofreu, como o Paraguai, as ambições expansionistas do Brasil e de Buenos Aires. Desde o século XVIII, seu porto principal, Montevideu, localizado no estuário do Rio da Prata, constituía grande rival de Buenos Aires. Os portugueses, por sua vez, já no período colonial almejavam o domínio da Banda Oriental. Com a chegada da Corte ao Brasil, em 1808, as intenções de anexação ficaram ainda mais evidentes.

Em outras palavras, nota-se claramente que o Uruguai estava no meio de um “fogo cruzado” sendo disputado frequentemente por brasileiros e argentinos (chegando a se tornar a província luso-brasileira chamada de Cisplatina). Porém, para além da disputa externa (que não levava em conta o interesse da população uruguaia e sim de alguns caudilhos e *criollos*), o Uruguai lutava pela sua própria existência. Com isso, num tom belicoso permeado de batalhas e conflitos, o Uruguai tornou-se independente em 1828 quando a Inglaterra fez uma mediação diplomática do caso. (PRADO, 1994, p. 40)

É nesse contexto, caracterizado por um ambiente transitório, turbulento e complexo, que as intelectualidades brasileira e uruguaia foram recrutadas para forjar uma identidade nacional para os dois novos Estados. Dito de outro modo, naquele momento tinham-se os Estados, mas não se tinham as nações. Aliás, vale lembrar que estritamente filiados às elites políticas, os intelectuais se ligavam, em grande medida, às tradições iluministas que já tinham marcado forte presença na consolidação dos Estados europeus nos séculos XVII e XVIII.

Com efeito, para esses projetos de nação a história era e continua sendo a protagonista. Ela é o caminho que levará a todas (ou quase todas) as respostas identitárias. No entanto, para o sucesso de tais investidas, devia-se pensar também no ofício do historiador daquele momento: como escrever a história das nações americanas no século XIX?⁶ A partir de que aparatos pesquisar? Quais documentos, metodologias ou suportes priorizar?

⁶ Devemos atentar que a história alcançaria o status de disciplina científica e acadêmica na Europa do século XIX, ou seja, nesse momento não existiam historiadores de ofício na América Latina. A escrita da história normalmente era delegada para os intelectuais e políticos de uma maneira ampla e díspar. Tal tarefa, no Brasil e no Uruguai, ficou, principalmente, a cargo dos institutos históricos e geográficos. Para o caso brasileiro, ver: GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. Sobre a questão da cientificidade da história, ver: MARTINS, Estevão de Rezende. O renascimento da História como ciência. In: MARTINS, Estevão de Rezende

Em resumo, é nesse caminho que a influência “ilustrada” dos europeus se fazia presente. Para os intelectuais latino-americanos, e de maneira mais emblemática para aqueles que lutaram politicamente contra os caudilhos e *gauchos* da região do Rio da Prata, era necessário importar as influências europeias, sua cultura, suas instituições, sistemas políticos e econômicos. Ou seja, era fundamental importar, em última instância, a civilização. A América Latina deveria de modo irrestrito se apropriar desse preceito civilizatório e expurgar sua barbárie “americana”, representada, sobretudo, pelos *gauchos* e caudilhos (RICUPERO, 2007).

Nesse quadro, sobre o sistema político e a forma de governo adotada na América espanhola, por exemplo, afirmam Schwartz e Lockhart (2002, p. 486):

A falta de monarcas, juntamente com a aversão natural à Espanha e a tudo que fosse espanhol, e a admiração correspondente pela França e pelos Estados Unidos, logo levou a América espanhola para o republicanismo, uma forma de governo nada fácil de adaptar a suas necessidades, hábitos e variedades étnico-social.

Em contrapartida, para o caso do Brasil especificamente, notam-se algumas singularidades. Os estudiosos brasileiros enquanto representantes de uma elite intelectual também eram herdeiros de uma tradição iluminista (GUIMARÃES, 1988, p. 5), porém, conformavam seu projeto de nação e de civilização com os ideais de Portugal. Segundo Guimarães (1988, p. 6):

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional.

Na mesma direção interpretativa, Schwartz e Lockhart confirmam que “A América portuguesa percorreu uma rota bem diferente, conservando um monarca da dinastia tradicional durante a maior parte do século XIX e mantendo definitivamente

(org.). *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

sua unidade territorial e jurídica.” (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002, p. 487) Quer dizer, essa estrutura política certamente influenciava, de modo decisivo, no entendimento e nos rumos a serem perseguidos pelos intelectuais na missão de construir a história nacional.

Em todo caso, a criação de institutos históricos e geográficos no período seguiu essa dupla tendência que somou a criação da nação e a apropriação das influências europeias. E, mais, reuniu em seus objetivos os dois elementos temporais: o tempo (história) e o espaço (geografia). No Brasil, tal instituto foi fundado em 1838, no Rio de Janeiro, aos moldes do instituto francês. Conforme Guimarães (1988, p. 6) “É, portanto, à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB”. Assim, diferentemente dos intelectuais da região do Rio da Prata, os letrados brasileiros que se reuniram no IHGB defendiam a ideia de que Portugal era o modelo de civilização para o Brasil. A manutenção da estrutura monárquica e a ascensão do lusitano D. Pedro I no trono do Império brasileiro confirmavam essa perspectiva. Porém, não se negava as influências francesas e inglesas – já que o próprio IHGB fora criado inspirado no Instituto da França –, mas para a constituição da história brasileira devia-se afirmar o esplendor da civilização portuguesa.

Em compensação, o Instituto Historico y Geografico del Uruguay, fundado em Montevidéu no ano de 1843, teve sua estrutura institucional baseada nos parâmetros do instituto brasileiro. Aliás, essa inspiração não é mera coincidência. Isso se devia, em grande medida, aos contatos políticos e intelectuais mantidos entre letrados dos dois países. Havia um significativo intercâmbio de ideias, livros e documentos históricos entre esses intelectuais, que influenciara diretamente na instalação do instituto uruguaio.⁷ Contudo, vale lembrar que tal processo foi ainda mais consistente entre intelectuais uruguaio e argentinos. Foi nesse âmbito, por exemplo, que Mitre fundou o Instituto Histórico y Geografico del Rio de la Plata em Buenos Aires, em 1855.

⁷ Um dos nomes mais conhecidos desse “circuito historiográfico rioplatense” é o do uruguaio Andre Lamas. Historiador e jornalista exerceu o cargo de diplomata no Rio de Janeiro a serviço do seu país natal em meados do século XIX. Lá se tornou sócio do IHGB e reuniu documentação referente a região do Rio da Prata. Para essa discussão ver: CORBO, T. S. *El espácio historiográfico rioplatense y sus dinâmicas (siglo XIX)*. La Plata: Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011.

Os suspiros nacionalistas de Von Martius e de Juan Manuel de la Sota

Se o século XIX foi responsável por trazer à tona a questão nacional e seus inúmeros desdobramentos em torno da identidade dos novos Estados latino-americanos, outra questão não devia ser esquecida. Pelo contrário, deveria ser contemplada nesse momento porque fazia parte de seu âmago: a questão indígena. De que modo a história nacionalista, inspirada nos ideais de civilização e progresso europeus e incentivada pelos institutos históricos, deveria tratar os autóctones americanos?

Para Karl Friedrich Phillipp von Martius, médico e botânico alemão que percorreu o Brasil estudando a flora nas primeiras décadas do século XIX, juntamente com o zoólogo Johann Baptist von Spix⁸, os indígenas desempenhavam um papel elementar e fundamental para a consolidação da nascente nação brasileira. Nesse panorama, Von Martius, como membro honorário do IHGB, apresentou ao instituto em 1843 – em honra a um concurso que premiaria o melhor trabalho sobre a escrita da história do Brasil⁹ – um plano intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”, que tratava, dentre outros assuntos, a questão dos índios. Nele, basicamente, Martius propunha que “[...] acima de tudo, o historiador do Brasil levasse em conta a contribuição das três raças que dava ao país sua originalidade.” (CARVALHO, 2003, p. 01)

Desse modo, antes de tudo, deve-se observar obrigatoriamente que Martius é oriundo de um contexto social iluminista. Ele escreve a partir das concepções de mundo, civilização e história que moldam o Ocidente naquele momento. Ou seja, em última instância, afinado com essas tradições, Martius vislumbrava linearmente uma história do Brasil cujo destino final era a de uma civilização branca e civilizada. E para tal porvir, os indígenas, como o elemento original da colônia brasileira, não poderiam ser relegados.

⁸ Temístocles Cezar afirma que ambos “[...] foram escolhidos pela Academia de Ciências de Munique para comporem a missão científica que deveria excursionar pela América em obediência à ordem de Maximiliano José I, rei da Baviera, ‘protetor das ciências’, que estava convencido das vantagens que traria para ele mesmo, e também para a ‘humanidade’ o conhecimento destas regiões para o mundo.” (CEZAR, 2003, p. 176)

⁹ Nota-se que o concurso criado pelo IHGB tem um forte apelo nacionalista, já que premiaria a melhor proposta de escrita da história do Brasil, país que havia se tornado independente há duas décadas (1822) e precisava construir sua “história” própria. Von Martius foi o vencedor desse projeto.

Além disso, deve-se ressaltar que Martius inaugurou a ideia de que a soma (entenda-se miscigenação) entre portugueses, indígenas e africanos era válida e necessária para a formação da identidade nacional brasileira. (CEZAR, 2003, p. 183) Tal peculiaridade étnica era o motor da história do Brasil. Por outro lado, inegavelmente, o botânico bávaro enfatizava que o português era o personagem principal desse enredo. (VON MARTIUS, 1845, p. 31)

A diferença de Martius para sua época é que mesmo afirmando a supremacia lusitana ele inseria dois novos atores na história brasileira (indígenas e negros). Atores, até então, excluídos do processo histórico, pois eram vistos, normalmente, como herdeiros do atraso e dos problemas da sociedade brasileira. A rigor, não se pode esquecer que a sociedade escravista, através de políticos e letrados, vislumbrava o português (como suposto “homem branco”) enquanto o elemento ideal da história do Brasil. O interessante, porém, é que na história filosófica (ou iluminista) de Martius todos se tornariam brancos no futuro. A civilização prevaleceria, enfim. Segundo ele: “Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica.” (VON MARTIUS, 1845, p. 31)

Com isso, a noção da mescla entre as culturas vai ganhando terreno. Após afirmar a supremacia portuguesa no processo, Von Martius, por exemplo, argumentava:

Mas também de certo seria um grande erro para todos os princípios da historiografia-pragmática se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças essas que igualmente concorrerem para o desenvolvimento físico, moral e cívil da totalidade da população. (VON MARTIUS, 1845, p. 31)

Como resultado, Von Martius escreveu esse plano (em forma de roteiro) para os futuros historiadores brasileiros, os quais teriam a missão de conceber a história do Brasil, amparada no que o estudioso bávaro (herdeiro das ideias iluministas) chamava de história filosófica. Aliás, constata-se que a sua escrita é destinada mesmo aos historiadores brasileiros, pois, de fato, ele não aceitou o desafio de escrever a história do Brasil, apenas deu indícios de como ela deveria ser escrita.

Tal desafio foi aceito logo em seguida por Adolfo Varnhagen, paulista que ganhou a alcunha de “Heródoto brasileiro”.

De todo modo, nas palavras de Cezar (2003, p. 184): “Para a conjuntura em que vivia, Martius é decididamente audacioso. Não somente por integrar os índios ao processo de constituição, por assim dizer, da nacionalidade, mas também porque insere nela os negros”. Ou seja, Martius antecipou todo o processo abolicionista no Brasil que se desenvolverá por volta dos anos de 1870. Quanto aos indígenas, é certo que houve uma influência do elemento romântico que permeava a intelectualidade brasileira do período (CEZAR, 2003, p. 184). A motivação era transmitida pelos literatos que começaram, em grande medida, a idealizar a figura do índio na qualidade de herói nacional. Utilizando vocábulos em tupi mostrava-se um índio forte, esbelto e guerreiro, com as feições típicas de um homem branco europeu.¹⁰

Por outro lado, evidencia-se da mesma maneira que o cruzamento das raças, na acepção de Martius, é motivado pelo “gênio da história”. Esse gênio (que se assemelham, em primeira instância, ao *geist* hegeliano) amalgamava “[...] as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo.” (VON MARTIUS, 1845, apud CEZAR, 2003, p. 185) Em outras palavras, a fusão das mesmas seria responsável pela criação de uma nação nova (no sentido do que o “novo” é melhor do que o “antigo”), próspera e organizada.

Nesse sentido, a fusão das raças era necessária e determinante porque os índios estariam vivendo uma “dissolução moral e civil”. Assim, representariam as “ruínas dos povos.” (CEZAR, 2003, p. 187) Com isso, Martius indicava que o indígena brasileiro estaria ligado nevalgicamente com os grandes e conhecidos povos indígenas da América, como os Incas, Maias e Astecas. Ou seja, o índio brasileiro poderia estar em decadência moral e sofrendo as penas da colonização portuguesa, mas mantinha laços de parentesco com as referências indígenas do continente americano e isso representaria um passado glorioso e uma alavanca para um futuro promissor.

Concomitantemente, para a devida integração indígena na nação, os historiadores brasileiros deveriam atentar para as línguas indígenas. Os estudos

¹⁰ Provavelmente, o autor mais notório do romantismo brasileiro foi José de Alencar. Dentre suas obras com teor nacionalista e indianista, destacam-se: *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*.

linguísticos seriam, segundo Martius, fundamentais para entender e conhecer mais a fundo os autóctones brasileiros, já que as linguagens teriam uma predisposição a desaparecer com a incorporação do índio à sociedade branca que falava o português.¹¹ Aliado a isso, abarcando todas as dimensões culturais dos índios, não deveria se esquecer de investigar as questões transcendentais e mitológicas. Nesse rol, sobre o “conjunto da mitologia, das teogonias e geogonias das raças brasileiras”, Martius afirmava: “Um observador filosófico não deixará de descobrir nos restos de mitos, e no balbucionamento poético, que ainda hoje se encontram vestígios muito significativos de uma perdida filosofia natural e de um culto enigmático.” (VON MARTIUS, 1845 apud CEZAR, 2003, p. 190) Em suma, ao delegar uma “filosofia natural” aos indígenas, o intelectual alemão estabelecia que os mesmos tivessem capacidade de filosofar – elemento e característica consagrada aos europeus – e, por isso, seriam dignos da civilização e do pertencimento à identidade fundadora do Brasil.

Por fim, para perpassar todas as esferas do “estado florescente de civilização” indígena, Martius lembrava igualmente a importância da arqueologia para desvendar e amparar a história dos autóctones do Brasil. A partir das ruínas Incas, Maias e Astecas, o estudo e a investigação sobre as construções habitacionais e artefatos de trabalho em terras brasileiras se faziam fundamentais. E apesar da enorme distância e diferença entre os “monumentos” brasileiros para com os dos celebrados povos americanos, Martius define:

A circunstância porém de não se terem achado ainda semelhantes construções no Brasil certamente não basta para duvidar que também neste país reinava em tempos muitos remotos uma civilização superior, semelhante à dos países que acabo de mencionar. (VON MARTIUS, 1845, p. 38)

Logo, se por um lado, Martius fundamentava a incorporação indígena ao projeto de nação brasileira, levado a cabo pelo IHGB, através da publicação de um artigo

¹¹ Na literatura brasileira, o romance que abordou a questão linguística do país de maneira mais emblemática, no qual o personagem principal propõe o tupi-guarani como língua oficial do Brasil – mesmo que escrito em outro contexto (1911), Pós-Proclamação da República, causando grande impacto nas questões de identidade nacional – foi *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto. Para o debate, ver: GERMANO, I. M. P. Os brasis de Euclides da Cunha e Lima Barreto. *Rev. de Letras*, Fortaleza, v. 17, n. 9 1/2, p. 42-49, jan./dez.1995.

direcionado aos futuros historiadores brasileiros, intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”, encontramos no Uruguai um contemporâneo do botânico germânico chamado Juan Manuel de la Sota, que realizava no período um interessante contraponto – exposto na obra *Historia del Territorio Oriental del Uruguay* – para pensar a ideia de nação no Uruguai independente e analisar o indígena uruguaio nesse contexto.

De início, a título de biografia, vale dizer que, argentino de nascimento, Juan Manuel de la Sota nasceu em Santa Fé e realizou seus estudos em Córdoba. Com forte atuação militar entre os anos de 1815 e 1820, o indicado historiador se radicou no Uruguai em 1829, devido às intensas lutas políticas entre federais e unitários que polarizavam a Argentina. Nesse panorama, atuou em diversas instâncias oficiais do Uruguai, destacando-se na publicação de livros didáticos para o ensino de crianças sobre a história uruguaia. Ademais, foi responsável pela administração do Arquivo Público do Uruguai entre 1850 e 1852 e, por último, foi eleito senador em 1855. (PIVEL DEVOTO, 1965)

Pesquisando e escrevendo várias obras durante a década de 1830 sobre a estruturação do ensino e de temas relacionados a organização dos governos municipais, de la Sota, segundo Devoto (1965, p. 7, tradução nossa): “[...] estava dedicado a ideia de formar uma história do Uruguai.”¹² Ou seja, verifica-se que Juan Manuel de la Sota chegou ao Uruguai um ano após a independência do país, momento esse em que o Estado precisava se consolidar politicamente e necessitava de um suporte institucional para a construção da nação. Assim, a presença de um historiador autodidata nos quadros governamentais permitia e assegurava inculcar a história (oficial) uruguaia através do sistema educacional. Com isso, por meio do ensino estatal procurava-se garantir a identidade nacional das futuras gerações.

Para materializar o projeto, argumenta Devoto (1965, p. 09, tradução nossa): “Era necessário dar ao professor a ferramenta que lhe permitirá ensinar a criança sobre o processo histórico da nação, os fatores geográficos e políticos que haviam impulsionado a independência do Uruguai.”¹³ Logo, evidenciava-se que o professor

¹² “[...] se hallaba ya aplicado a la idea de dar forma a una Historia del Uruguay.”

¹³ “Era necessário dotar al maestro del instrumento que lo habilitara para instruir ao niño sobre el proceso histórico nacional, sobre los factores geográficos y políticos que habían impulsado la independencia del Uruguay.”

era o interlocutor que fazia a mediação entre os livros de história nacional (muitas vezes escrito por de la Sota) e as crianças. No entanto, era necessário atingir um objetivo final. O importante era que no desfecho do processo educacional as crianças estivessem encaminhadas “[...] a se formar no espírito do cidadão, a devoção pelas instituições republicanas e a se interessar por todos os assuntos públicos que regulavam o progresso da nação.” (PIVEL DEVOTO, 1965, p. 09, tradução nossa)¹⁴

Portanto, nota-se, de antemão, que é durante esse cenário que de la Sota concebe sua trajetória como historiador. Assim, atendendo aos interesses políticos e ideológicos do Estado uruguaio e, enquanto membro desse *staff*, ele publica em 1841 a obra *Historia del territorio oriental del Uruguay*. O autor, na introdução do livro, justifica a escrita da obra nos seguintes termos:

Meus desejos e esperanças serão bem satisfeitas se o esforço de meus trabalhos correspondesse à necessidade com que o país exige seus direitos (territoriais) com os vizinhos e fizesse ver o modo como gradualmente se preparava para ser uma nação *livre e independente*. (DE LA SOTA, 1965, p. 05, tradução nossa)¹⁵

Quer dizer, para consolidar o Uruguai como *Nación libre y independiente* (conforme um Estado legítimo) era necessário fundamentalmente fixar e consolidar seu território.¹⁶ Logo, estabelecer e demarcar as fronteiras; elemento esse que ainda causava problemas e transtornos com o vizinho brasileiro. Triste herança portuguesa para os uruguaios. Porém, a história poderia resolver tais imbróglios. Para isso, de la Sota pretendia “[...] incutir na juventude ideias claras sobre os legítimos direitos do país sobre os territórios roubados pelos portugueses desde 1801.”¹⁷ (DE LA SOTA, 1965, p. 09, tradução nossa)

¹⁴ “[...] a formar en el espíritu del ciudadano, la devoción por las instituciones republicanas y a interesar a todos em los negocios públicos que regulaban la marcha de la nación.”

¹⁵ “Mis deseos y mis esperanzas serán bien satisfechas, si el esfuerzo de mis trabajos correspondiese a la necesidad con que el país reclama ventilar sus derechos com los limítrofes, e hiciese ver o modo cómo gradualmente se preparaba a ser *Nación libre e independiente*.”

¹⁶ Para noções jurídicas acerca de território, ver: DALLARI, D. Território: Noção, Características, Funções e Limites do Território. In: _____. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

¹⁷ “[...] inculcar en la juventude ideas claras acerca de los legítimos derechos del país sobre los territorios usurpados por los portugueses desde 1801.”

Dessa forma, entende-se que o nacionalismo uruguaio, nessa pretensa afirmação territorial, indiretamente assumia e colocava o Brasil como modelo a não ser seguido, pois na qualidade de herdeiros de Portugal, os brasileiros impediam a plena resolução dos limites territoriais com o Uruguai. Nesse sentido, Devoto (1965, p. 8) destacava que o próprio objetivo do livro de Sota se fundamentava no interesse em estudar o problema de limites territoriais com o Brasil e buscar os antecedentes históricos para consolidar os direitos territoriais da República uruguaia. Consequentemente, crê-se que o Brasil, além de vizinho, tornava-se também um potencial inimigo já que, para além dos conflitos territoriais, ele era o “diferente” da América Latina, sendo colonizado por portugueses, dono de porções infindáveis de terra, adepto do monarquismo (lembrando que os outros países latino-americanos adotaram a República como sistema de governo) e ainda mantendo ambições expansionistas no continente. (PRADO, 2002) Assim, provavelmente, a memória da fadada província Cisplatina devia causar arrepios aos uruguaios nacionalistas.

Porém, perante o ímpeto da construção da identidade nacional uruguaia, o indígena deveria ser lembrado à medida que estava sendo no projeto de nação brasileira. Independentemente das singularidades e rivalidades mantidas entre os dois Estados, o nativo americano era um ponto-comum dos dois projetos. Com isso, sob a necessidade e o interesse de forjar uma nação, entendia-se que para construir a história desses dois Estados era preciso contemplar seus primeiros habitantes. E contemplar de uma forma e com uma conotação menos negativa do que a habitual (porque até então os nativos eram sinônimos de atraso para portugueses e espanhóis).

A própria necessidade política e jurídica de legitimar o território, principalmente no caso uruguaio, incentivava a rememoração e a contemplação dos indígenas. Por consequência, dentre os poucos grupos étnicos indígenas existentes no Uruguai, de la Sota e os ideólogos uruguaios, de uma forma geral, agarraram um grupo indígena (que seria o maior e mais representativo) e o colocaram no pedestal do processo identitário uruguaio: os *Charrúas*.

Desse modo, com o propósito de construir uma história e uma interpretação (positiva) dos *Charrúas*, de la Sota precisou identificar os *Charrúas* com o Uruguai daquele momento. Em outras palavras, os uruguaios precisavam estreitar os laços e

se aproximar, nem que superficialmente, da cultura *Charrúa*. E para dar credibilidade ao seu passado *Charrúa*, a identidade nacional uruguaia – nesse caso, forjada por de la Sota – previa que esses nativos deviam ter sido dignos da grandeza do atual Uruguai. E, mais, precisariam ser gloriosos, fortes e guerreiros na sua história.

Porém, vale destacar que, como significativa parte dos indígenas brasileiros, os *Charrúas* foram praticamente exterminados no processo de colonização do Uruguai. Ou seja, confirma-se, mais uma vez, que os nativos eram (e continuam sendo) lembrados e idealizados somente quando convêm para as elites políticas. Logo, o processo de constituição da identidade nacional era um desses momentos convenientes e ideais para recordá-los.

Assim sendo, afirma Devoto (1965, p. 14, tradução nossa): “Alguns anos depois do extermínio dos últimos *charrúas*, de la Sota escreveu as primeiras linhas para enaltecer sua história.”¹⁸ Portanto, constata-se que o processo de formação de identidade nacional requeria o enaltecimento e o engrandecimento dos personagens envolvidos. Dessa forma, a publicação do livro de Juan Manuel de la Sota pretendia, além de defender o nacionalismo uruguaio perante as disputas territoriais com o Brasil, cumprir esse papel de exaltar e dar um novo “rosto” para os *Charrúas*. Nessa medida, nota-se que a obra pretendia enraizar os *Charrúas* positivamente na história do Uruguai. Dever-se-ia mostrar aos leitores (em grande medida jovens) suas raízes indígenas. Com efeito, propõe-se mostrar que, naquele momento, os uruguaios e os *Charrúas* tinham mais em comum do que todos imaginavam.

Destarte, dedicando o segundo e o terceiro capítulos (além do primeiro em forma de introdução) de *Historia del Territorio Oriental del Uruguay* para discorrer sobre a colonização espanhola e o contato com os *Charrúas* e seus costumes¹⁹, de la Sota defendia que os mesmos eram “[...] uma tribo muito formidável no passado. Em seu nome está criptografado sua história. *Charrúa* em Guarani quer dizer somos agitados e turbulentos.”²⁰ (DE LA SOTA, 1965, p. 22, tradução nossa) Entretanto,

¹⁸ “A pocos años del extermínio de los últimos charrúas, de la Sota escribió las primeras líneas para enaltecer su historia.”

¹⁹ No segundo capítulo, intitulado “De los indígenas Del territorio Oriental Del Uruguay al tiempo de la Conquista y su exterminio em 1831”, de la Sota lembra outros grupos étnicos indígenas, como os Chayos, os Chanás, os Bohanes, os Guenoas e os Minuanes, mas sem aprofundar em suas especificidades.

²⁰ “[...] una tribo tan formidable en otros tempos. En su nombre se halla cifrada sua historia. *Charrúa* en Guarani quiere decir somos inquietos e turbulentos.”

verifica-se que de la Sota, ao longo da obra, vai cruzando e amarrando elementos contraditórios sobre os *Charrúas*. São formidáveis por um lado, mas bárbaros por outro. Criava-se uma dicotomia fazendo com que habitassem dois mundos opostos concomitantemente, um civilizado e outro bárbaro. Desse modo, eram entendidos como os “espartanos da América” num viés e, em contraposição, eram inquietos e turbulentos, realizando incansáveis emboscadas para capturar, matar e comer assados alguns conquistadores espanhóis “[...] com terrível inumanidade.” (DE LA SOTA, 1965, p. 14, tradução nossa)²¹

Nessa perspectiva, nota-se que de la Sota atribuiu sentimentos cristãos aos *Charrúas*. Esses, vivendo em famílias, “Celebravam núpcias, sepultavam e honravam seus mortos.”²² (DE LA SOTA, 1965, p. 26, tradução nossa) Ou seja, não eram bárbaros por completo, pois mantinham costumes honráveis e dignos. Assim, de la Sota amenizava e suavizava a história dos *Charrúas* para uma possível inserção (teórica e discursiva) dos mesmos à nação uruguaia.

Nessa oposição, a história dos *Charrúas* “[...] foi memorável pelo espaço de três séculos”. Todavia, “Cruéis e bárbaras eram estas tribos, as mais violentas e indômitas deste continente.”²³ (DE LA SOTA, 1965, p. 21, tradução nossa) Quer dizer, reconhecendo-os enquanto portadores de uma história fundamental e que deveria perpassar a construção nacional do Uruguai, de la Sota não deixava de abordar igualmente os aspectos supostamente bárbaros e anticivilizatórios desses personagens.

Nesse sentido, deve-se pensar que a influência ibérica nos países latino-americanos, durante o período de colonização, foi responsável por dizimar grandes populações indígenas. Juan Manuel de la Sota, querendo ou não, era filho dessa mentalidade. Porém, em contrapartida, é necessário perceber a audácia do referido historiador ao atribuir características e sentimentos que, até então, seriam delegados apenas ao homem branco europeu.

Além disso, o intelectual argumentava que os espanhóis, apesar de europeus, alimentavam um espírito de vingança motivado pelo fanatismo político e/ou religioso.

²¹ “[...] con horrenda inhumanidad.”

²² “Celebravan nupcias, sepultavan e honravan sus defundos.”

²³ “[...] ha sido memorable por el espacio de tres centurias”. “Cruelles y bárbaras eran estas tribus, las más feroces e indomitas de este hemisferio.”

Os excessos “[...] civil, bem como religioso, produzem perdas, que colocam os homens no âmbito dos selvagens.”²⁴ (DE LA SOTA, 1965, p. 25, tradução nossa) Nesse momento, constata-se que de la Sota descia do pedestal os colonizadores e os colocava lado a lado dos *Charrúas*. Ou seja, alertava que os *Charrúas* eram selvagens, mas o dito colonizador ilustrado era do mesmo modo. Com isso, vale pensar que esta era uma estratégia importante do autor; rebaixando, nem que minimamente, o status social do colonizador europeu, equiparava-se a presença *Charrúa* no ideal de nação.

Porém, os gentios uruguaios, dignos de exemplo, “[...] foram os espartanos da América. Possessivos por sua liberdade, jamais desistiram de lutar por ela e pela restauração de suas antigas posses.”²⁵ (DE LA SOTA, 1965, p. 23, tradução nossa) Com isso, ao elencar o sentimento de liberdade e de luta constante dos *Charrúas*, de la Sota queria que os uruguaios se apropriassem dessa motivação e lutassem também pela sua liberdade, principalmente, perante o vizinho do Norte, o Brasil.

Assim, com tais considerações, evidencia-se que o autor uruguaio é herdeiro da tradição iluminista e de uma concepção de história *Magistra Vitae*, isso porque a história estaria servindo de exemplo, sendo “mestra da vida”, ensinando que como os *Charrúas*, os uruguaios do início do século XIX, deviam pelejar e proteger seus territórios dos inimigos que anteriormente eram os colonizadores espanhóis e no momento da escrita da obra seriam os luso-brasileiros.

Considerações finais

O século XIX foi o esplendor das independências latino-americanas. O processo de colonização ibérica havia se esgotado (na maioria dos países) e a paciência com os espanhóis se tornado insustentável. Dessa maneira, no conjunto dos antigos Vice-Reinados instalados na América Latina, várias repúblicas emergiram. Por outro lado, na América portuguesa – pelo menos para a grande parte das elites brasileiras – a paciência parecia estar intacta. Mantendo a estrutura monárquica após a independência em 1822, D. Pedro I (filho do rei português D.

²⁴ “[...] así civil como religioso, produce extravios, que colocan a los hombres en la esfera de los selvajes.”

²⁵ “[...] fueron los Espartanos de la América. Celosos de su libertad jamás desistieron de pelear por ella e la restauración de sus antiguas posesiones.”

João VI) assumia o comando político do Brasil. Isto é, a independência brasileira não representava uma ruptura com o antigo sistema e sim uma continuação e um prolongamento do mesmo. (FAORO, 2000)

Guardadas as devidas proporções, independentemente da adoção da República e da Monarquia como sistema político, Brasil e Uruguai, como dois novos Estados soberanos, deviam legitimar e justificar seu novo status. Era necessário amalgamar o sentimento de pertencimento das pessoas em torno das novas pátrias. Assim, todo um rol de histórias, símbolos, canções, mitos e emblemas – um verdadeiro ritual de culto à pátria – fora forjado para estabelecer um elo (que deve ser forte e resistente) entre o povo e novo Estado. A rigor, era preciso se respaldar historicamente. Como resultado, se iniciara o processo de criação dos Estados nacionais na América Latina. Para isso, todo um grupo de intelectuais formado por letrados, políticos, poetas e pintores foi recrutado para pensar, idealizar e formar uma consciência e uma identidade nacional, tanto brasileira como uruguaia.

Nesse ponto de vista um adendo se faz necessário. Vale dizer que, em termos teóricos, optou-se pela utilização das noções de “comunidade imaginada” de Anderson e “invenção das tradições” de Hobsbawm. Entende-se que com tal discussão sobre identidades e criação das nações latino-americanas, as referidas concepções ganham sentido pleno. A ideia de um corpo social enquanto fraternidade, que é imbuído de língua própria, sentimentos afins, destino histórico comum e que busca e/ou inventa no passado respostas para legitimar e institucionalizar práticas ritualísticas ou simbólicas recentes (HOBSBAWM, 1997, p. 09) é objeto clássico das transformações sociopolíticas decorrentes das independências dos países latino-americanos.

Assim, retornando à pauta anterior, é nesse contexto – muito motivado pelos ideais de nação na Europa do século XVIII – que surgirão as figuras de Von Martius e de la Sota. Logo, a partir dos dois letrados, foi proposto e se operou um comparativo, com aproximações e distanciamentos, sobre a atuação de ambos no que tange à interpretação acerca dos indígenas e sua representatividade no processo de formação nacional de Brasil e Uruguai.

Com efeito, constatou-se inicialmente que os dois estudiosos, um botânico alemão e um militar argentino, interagiram sobre a história de Estados que não eram

seus locais de origem (Brasil e Uruguai).²⁶ Ou seja, comungando dessa particularidade, Martius e de la Sota refletiram e, conseqüentemente, escreveram histórias de caráter nacional/oficial para pátrias que não eram, de nascimento, as suas.

Para além desses dados, deve-se ressaltar que Von Martius, membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (IHGB), escreveu para os historiadores brasileiros apontando como os mesmos deveriam pensar e escrever a história do Brasil. Ele entendia que a construção da nação brasileira perpassava pela confluência entre portugueses, indígenas e africanos. O ideal de brasileiro, formado a partir da noção de progresso e civilização iluminista, seria a de que no futuro todos se tornariam brancos. Porém, para isso, a combinação entre as culturas era necessária. Assim, cada qual contribuiria à sua maneira com certas características (individualidades) físicas e morais [...] “para delas formar uma nação nova e maravilhosamente organizada.” (VON MARTIUS, 1845, p. 31) Em resumo, nota-se que, para Martius, a mistura entre diferentes grupos étnicos assumia um caráter positivo. O Brasil estaria predestinado (pela “providência” divina) a esta mescla. (VON MARTIUS, 1845, p. 31) Assim, independentemente do colonizador português comandar esse processo, indígenas e africanos adquiriam sua parcela de importância. Aliás, para se atingir o esplendor civilizatório, esses últimos seriam fundamentais na formação identitária.

Deve-se ressaltar mais uma vez, contudo, que Martius escreve sob a tutela da visão iluminista. Assim, toda a sua escrita minuciosa sobre os indígenas, detalhando, inclusive, conhecimentos sobre cultura, arqueologia, linguística etc., se pretendia um fazer científico que mostrava a evolução da história brasileira.

Para Guimarães (1988, p. 11):

Presos ainda à concepção herdada do iluminismo, de tratar a história enquanto um processo linear e marcado pela noção de progresso, nossos historiadores do IHGB empenhavam-se na tarefa de explicitar para o caso brasileiro essa linha evolutiva, pressupondo certamente o momento que definiam como o coroamento do processo. Neste sentido, lançar mão dos conhecimentos arqueológicos, linguísticos e

²⁶ Von Martius declarou diversas vezes que o Brasil era sua segunda pátria. De la Sota viveu grande parte da vida no Uruguai. Portanto, ambos sustentavam uma afinidade significativa com Brasil e Uruguai, motivada, principalmente, pelos aspectos profissionais que desenvolveram em tais Estados.

etnográficos seria a forma de se ter acesso a uma cultura estranha – a dos indígenas existentes no território –, cuja inferioridade em relação à “civilização branca” poderia ser, através de uma argumentação científica, como pretendiam, melhor explicitada.

Em todo caso, ao lado da idealização romântica do índio brasileiro, vê-se que Martius se esforçou, em grande medida, para dotar o “aborígine” brasileiro de características e qualidades físicas, civis e morais que, até então, se delegavam somente aos europeus. Desse modo, reconhecia-se que o gentio era portador de uma humanidade e uma civilidade (adquirida dos Astecas, Maias e Incas) e não era mais “somente” um elemento da natureza. A partir de então admitia-se que o indígena tinha uma história.

Para o caso uruguaio, identificam-se várias singularidades. Primeiramente, de la Sota formou uma trajetória de vida e profissional distinta da de Martius, já que era um militar argentino que atuou em diversas instâncias institucionais (destaca-se a atuação nos projetos e planos para aperfeiçoar o ensino) do governo uruguaio. Engajado na escrita da história do Estado uruguaio, de la Sota inaugurou uma discussão sobre a soberania e as relações internacionais que cercavam o país. Além disso, deve-se ressaltar que, segundo Corbo, de la Sota é considerado “[...] o primeiro dos historiadores nacionalistas” (CORBO, 2011 apud PARADEDA, 2011, p. 03, tradução nossa) do Uruguai.²⁷

Com relação à obra *Historia del territorio Oriental de Uruguay*, de la Sota deixava claro, de início, que a mesma tem por objetivo esclarecer os limites territoriais que o Uruguai mantém com o Brasil. A nova República uruguaia, para se consolidar como nação soberana, deveria reivindicar os territórios litigiosos – que eram resultados de pactos pendentes entre espanhóis e portugueses – e definir de vez suas posses territoriais. Corbo assegura essa tendência, confirmando que de la Sota: “Tem como eixo de abordagem a configuração da base física do país, plataforma essencial e objetiva da comunidade política.”²⁸ (CORBO, 2011, p. 03, tradução nossa) Desse modo, já se vê que de la Sota e Martius mantêm objetivos díspares em suas escritas. Eles chegarão aos indígenas por caminhos diferentes.

²⁷ “[...] el primero de los historiadores nacionales.”

²⁸ “Tiene como eje de abordaje la configuración de la base física del país, plataforma esencial y objetivante de la comunidad política.”

No entanto, a questão é que para construir uma história que legitime as ditas fronteiras uruguaias, de la Sota precisou voltar o olhar para um dos primeiros habitantes daquele espaço, os *Charrúas*. Para comprovar que esses territórios eram de fato uruguaios, seus primeiros habitantes também deveriam ser. Ou seja, procurou-se então dotar os *Charrúas* de sentimentos republicanos, como a liberdade, a coragem e a honra à sua terra. Assim, somando os interesses territoriais na região e a necessidade de criação da identidade nacional, os *Charrúas* foram, digamos, apropriados discursivamente pelos letrados uruguaios, tal e qual por de la Sota.

Enfim, evidencia-se, a título de conclusão, que tanto em Martius, representando um Brasil Monárquico, como em de la Sota, representante de um Uruguai Republicano (e que via com desconfiança o vizinho ao norte), os indígenas começaram a ser interpretados de uma maneira inédita na América Latina. Com as questões identitárias marcando o pano de fundo, houve uma crescente preocupação intelectual em incorporar teoricamente os nativos às novas nações. Não se poderia mais negar que eles eram os primeiros habitantes desse “Novo Mundo”.

Nesse contexto, para o objetivo do presente trabalho, é notável visualizar a importância que o indígena assumiu na escrita de Von Martius e de la Sota. Os indígenas representavam, indubitavelmente, a originalidade, a singularidade e a individualidade dos novos países, como Brasil e Uruguai, em relação à dominação colonial. Em outras palavras, o índio era o que os diferenciava dos europeus. Para isso, precisavam ser mobilizados discursivamente auxiliando na construção das novas nações.

Portanto, mesmo que essas populações nativas estivessem em grande escala dizimadas, Martius e de la Sota procuraram amenizar os diversos estereótipos negativos que as colonizações ibéricas conferiram e cristalizaram aos gentios (preguiçosos, canibais, bárbaros etc.); esse era um aspecto fundamental do processo. Por outro lado, para utilizá-los nas histórias que forjariam a nação era necessário ampará-los com novas características morais, isto é, atributos europeus, de homens brancos e civilizados. Finalmente, os indígenas brasileiros ganhavam respaldo, tornavam-se humanos e com cultura própria e relevante. Enquanto isso, os *Charrúas*, colocados ao lado dos gregos, como num período clássico da América

Latina, seriam os “espartanos da América”. Até poderiam ser bárbaros e selvagens – como os espartanos originais também o eram –, mas se diferenciavam pelo senso de liberdade, honra e coragem. Características distintivas da República Oriental do Uruguai para Juan Manuel de la Sota.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BETHELL, L. O Brasil e a ideia de “América Latina”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289-321, julho-dezembro de 2009.

CARVALHO, J. M. Martius e Nossa História. *Nossa História*, n. 1, v. 1, novembro 2003.

CEZAR, T. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, S. J. *História Cultural: Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CORBO, T. S. El aporte de investigadores extranjeros en la configuración del campo historiográfico uruguayo. In: *IV Jornada de Investigación y III Jornada de Extensión*, 2011, Montevideo, GT 27 – Migraciones em Uruguay y la región: nuevas perspectivas y enfoques historiológicos. Montevideo, Universidad de la Republica, 2011. Disponível em: <<http://www.fhuce.edu.uy/jornada/2011/Ponencias%20Jornadas%202011/GT%2027/Ponencia%20GT%2027%20Sans%C3%B3n.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas (siglo XIX)*. La Plata: Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011.

DALLARI, D. Território: Noção, Características, Funções e Limites do Território. In: _____. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

DE LA SOTA, J. M. *Historia del Territorio Oriental del Uruguay*. Montevideo: Vol. 72-73, Colección de Clásicos Uruguayos, 1965.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: O instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HOBSBAWM, E. *A invenção das tradições*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

PIVEL DEVOTO, J. Prólogo. In: DE LA SOTA, J. M. *Historia del Territorio Oriental del Uruguay*. Montevideo: Vol. 72-73, Colección de Clásicos Uruguayos, 1965.

PRADO, M. L. *A formação das nações latino-americanas*. 11. ed. São Paulo: Atual, 1994.

PRADO, M. L. Identidades latinoamericanas (1870-1930). In: MORA, Enrique Ayala; CARBÓ, Eduardo Posada (orgs.). *Historia General de América Latina - Volumen VII: Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930*. Ied. Paris: Ediciones UNESCO / Editorial Trotta, 2009, v. VII. p. 583-615.

_____. O Brasil e a distante América do Sul. University of Texas Libraries. Disponível em: <<http://repositories.lib.utexas.edu/handle/2152/4101>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

RICUPERO, B. As nações do romantismo argentino. In: MÄDER, M. E; PAMPLONA, M. A. (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 216-299.

SCHWARTZ, S.; LOCKHART, J. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VON MARTIUS, K. F. P. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 6 (24). Janeiro/1845, p. 381-403 (29-55).

Artigo recebido em 28 de fevereiro de 2014. Aprovado em 12 de junho de 2014.